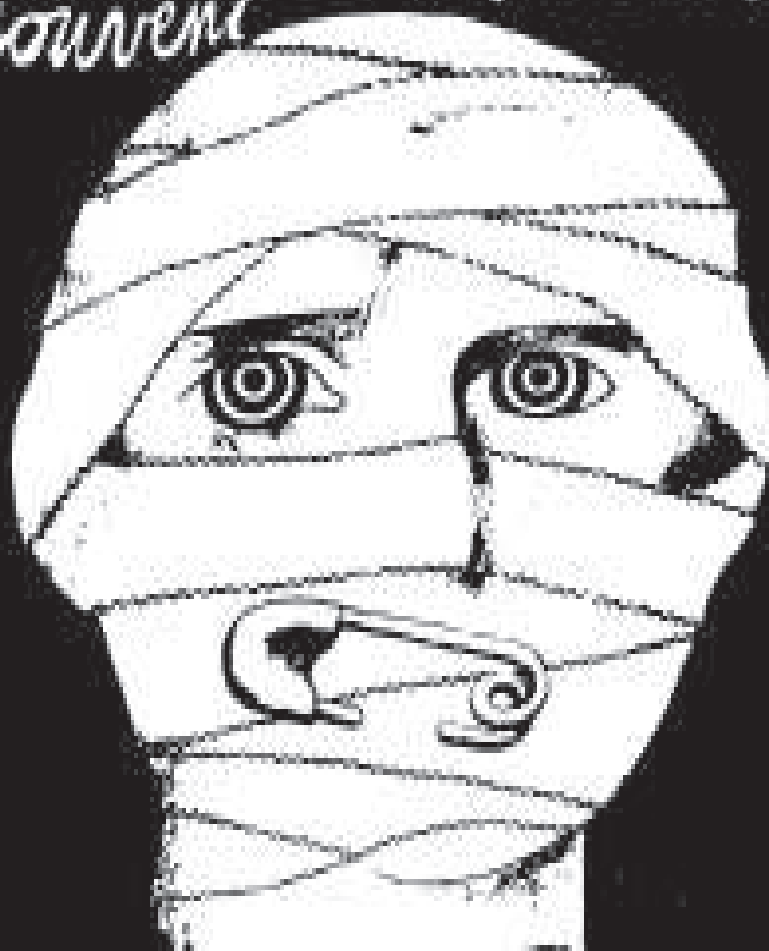


*une jeunesse que
l'avenir inquiète trop
souvent*



Cartaz do Maio de 68, preto, papel offset, s/ indicação de formato, offset.



Os adolescentes infratores e o simulacro da violência brasileira

Jane Santos da Silva¹

*Queremos (...) contar uma **história** da esfera pública e sua capacidade de difundir modelos e experiências políticas, culturais, sociais e econômicas, sobretudo pelo ângulo do que mobiliza os indivíduos em sua singularidade e vínculos sociais – familiares, grupais, de gênero e geracionais (SALES, 2007, p. 116).*

Cotidianamente, ao transitarmos nas grandes cidades brasileiras, ficamos frente a uma realidade que incomoda, mas fingimos não ver. Adolescentes e crianças pauperizadas podem, de um momento para o outro, passar por uma metamorfose e surgir aos nossos olhares como infratores. É só lembrarmos que, em 2000, Sandro, um jovem que escapou da chacina da Candelária, virou “estrela” da mídia ao transpor a barreira da (in)visibilidade no ônibus 174. Como esse processo acontece? De que forma a invisibilidade desse grupo social se apresenta na nossa sociedade? Qual o papel da mídia na construção da representação social e estereótipo de adolescente infrator? Qual é o “direito” dos adolescentes infratores? Essas são algumas questões que nos vêm à mente ao longo da leitura do livro de autoria de Mione Apolinário Sales, *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*, publicado em 2007, pela editora Cortez.

Nos dois últimos anos do século XX, dois fatos ligaram a luz vermelha da consciência dos brasileiros em relação à realidade dos adolescentes: em 1999, as rebeliões da FEBEM/SP e, no ano 2000, o seqüestro do ônibus 174. O livro em questão faz o trato analítico desses dois episódios, produzindo um material rico em informações teóricas e empíricas que nos faz conhecer o processo de reificação dos adolescentes em uma sociedade de desigual equação entre “direitos e violência” (SALES, 2007, p. 32).

¹ Professora da rede pública municipal e estadual do Rio de Janeiro. Mestre em Política Social e Trabalho, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da UERJ e Doutoranda do mesmo Programa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente² (Lei Federal nº 8.069/ 90), como “ruptura ético-política” (SALES, 2007, p. 21), pode ser considerado um momento único da história recente brasileira, quando o assunto tange as questões dos direitos da juventude. Ele designa o caminho da Prioridade Absoluta para todas as crianças e adolescentes, materializando a perspectiva da democracia, construída a cada dia. Entretanto, podemos dizer que, quando a referência para esse paradigma são adolescentes que cometem atos infracionais, fica patente uma cruel dualidade: tais crianças e adolescentes deixam de ser considerados prioridade absoluta desta sociedade. Então de que forma esse grupo deve ser avaliado? Segundo grande parte da sociedade, eles devem ser julgados através de um modelo de Estado Penal-Social, que tem como perspectiva a criminalização do sujeito. Nessa sucessão de fenômenos, a professora Mione Sales ressalta a responsabilidade da mídia, no processo de difusão de estigmas e estereótipos de crianças e adolescentes brasileiros. Esta mídia que não leva em conta que a subjetividade desses jovens é afetada pela crise do mundo do trabalho, pelo ambiente familiar e pela presença quase onipresente do narcotráfico e das milícias nas comunidades pobres de nosso país.

O livro alcança o objetivo da autora, contribuindo para o debate em curso nas Ciências Sociais e no âmbito do movimento dos direitos de crianças e adolescentes, ao ultrapassar os limites da discussão sobre a vitimização. Investiga, assim, uma geração historicamente marcada pela sociedade do espetáculo, logo que se relaciona com os padrões midiáticos, que fazem do consumo imediato uma necessidade premente e exibem a violência de forma ambivalente: ora cercada de uma aura de poder e força, ora banalizada enquanto violência real. Esse estudo aprofunda, portanto, os paradoxos da violência ou da (in)visibilidade perversa dos adolescentes infratores no Brasil, tendo como perspectiva teórica o entendimento de como esses adolescentes se tornam visíveis a partir do delito praticado.

Quando lemos *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*, fica evidente que ainda existem intelectuais como Mione Sales comprometidos com os imperativos das lutas emancipatórias da sociedade civil, ampliando espaços na academia para uma temática necessária e ainda pouco contemplada com discussões essenciais. Além disso é uma análise que evoca o entendimento dos adolescentes infratores, mas dos jovens das classes trabalhadoras em geral. Esse texto é fundamental para se entender como as transgressões estudadas suscitam uma resposta da sociedade contemporânea, abrindo o campo das políticas sociais para crianças e adolescentes como um braço no debate dos direitos humanos.

Cabe ressaltar que a autora constrói seus argumentos baseada na luta secular pelos direitos sociais e humanos, gerando o primeiro capítulo em torno da categoria de *cidadania escassa*, modalidade histórica que se explica pela subalternidade e omissão das políticas de inserção dos grupos sociais, pertencentes às classes trabalhadoras, nos direitos sociais que definem um estado de cidadania. É um capítulo que desvenda a violência brasileira, pelo entendimento da origem do conceito de cidadania, através de um levantamento histórico que remonta o seu advento no século XVII. Propõe-se a entender a constituição distinta da cidadania

² Neste ano de 2008, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 18 anos de existência.

na sociedade brasileira, que se funda dentro de uma ótica populista e autoritária, que agencia os direitos sociais acima dos direitos políticos e civis, evidenciando-se uma “inversão da ordem dos direitos”, conforme a formulação do modelo marshalliano, inspirado no caso inglês (SALES, 2007, p. 47). O capítulo ainda retrata o Estatuto da Criança e do Adolescente e as posturas políticas que ele vai produzir no Brasil.

O capítulo dois tem como mote central a discussão da esfera pública, que, em formato ampliado, ultrapassa as fronteiras do papel político. Para tal, ela salienta a importância desse debate considerando a possibilidade de o mesmo “englobar antropologicamente todo um conjunto de determinações políticas, econômicas e culturais, materializadas em forças sociais, espaços coletivos, instituições, entre outras” (...) pensando essa esfera “como o domínio da sociedade onde a opinião pública é fundada e formada” (SALES, 2007, pp. 97-98). É visto que a leitura e proposição teórica da autora estão pautadas na visão de esfera pública como “centro de articulação da vida social” (SALES, 2007, p. 101), onde a produção da visibilidade, como condição humana, está na ordem do dia da nossa sociedade, mas é concebida de maneira a ser efêmera e midiática. Em sendo assim, a visibilidade mostra-se como um produto das esferas do poder, normalmente representada pelos meios de comunicação social, em especial a TV, a qual retira determinados sujeitos sociais da invisibilidade, mas sem que superem a visibilidade perversa, aprofundando as discriminações, estereótipos, preconceitos, estigmas etc.

O texto em questão faz-nos refletir o quanto a mídia e a indústria cultural criam um modelo de sociabilidade capaz de guiar “alguns jovens, premidos pela cultura fetichista e pela alienação do desejo a que são obrigados a se submeter na sociedade do capital, a resolverem, muitas vezes, esse tipo de impasse no cotidiano de maneira individualista e violenta” (SALES, 2007, p.106). Para dar suporte a essa discussão, Mione recorre a pensadores designados por ela como “deuses e diabos”: Hannah Arendt, Gilles Lipovetsky, e Michael Foucault.

Em “*Cidadania escassa: juventude, direitos e violência no Brasil*”, terceiro e último capítulo deste livro, a autora, com base em suas discussões feitas nos capítulos anteriores, reforça o conhecimento das trilhas e armadilhas virtuais pelas quais enveredam os adolescentes, em especial os infratores, no contexto dos valores e expectativas ensejadas pela indústria cultural, como formas sedutoras e reificadas, acenadas mais especificamente por uma sociedade da imagem. A análise dos fatos citados acima e suas representações na mídia levam Mione à identificação de “cristalizações ídeo-políticas e imagéticas decorrentes dos discursos postos em circulação” (SALES, 2007, p. 306), tais como: o aprofundamento da violência (que leva a idéia de endurecimento do Código Penal com ênfase em políticas de internação de jovens), a constatação da real situação da realidade das instituições de internação através da mídia e a descontinuidade das ações para adolescentes. Esses processos efetuam-se, não só no Brasil, mas em quase todos os países capitalistas (WACQUANT, 2005), onde crianças e adolescentes pobres, ao serem enquadrados na categoria de jovens em conflito com a lei, na prática, deixam de ser vistos como sujeitos de direitos. É fato que na imprensa, quando esta está frente a um delito em que um ou mais autores é adolescente, o caso torna-se símbolo para

confirmar a regra: todo adolescente jovem pobre é um barril pronto a detonar atos violentos. Ou seja, declara-se a marca indelével desse grupo social com o estigma de classe perigosa.

O livro de Mione Sales resgata em parte o pensamento de Guy Debord, para quem a lógica da mercadoria estaria não só influenciando a produção, mas impregnando toda a vida social. Em sendo assim, a mídia demonstra exercer uma dominação política que muitas vezes sobrepõe o Estado, agendando o que deve ser prioritário em eventuais políticas para a população. Debord constata que os meios de comunicação de massa instigam os indivíduos, em estado de permanente desejo de consumo de mercadorias na sociedade capitalista, a consumirem também avidamente a informação dos fatos, transformada em notícias. Notamos que a professora e assistente social Mione Sales consegue realizar, em seu livro, uma reflexão profunda sobre esse fenômeno, que afeta a realidade brasileira contemporânea, elaborando um livro que pode ser uma ferramenta de valor para todos os segmentos profissionais que se interessam pelo universo das crianças e adolescentes, sobretudo das classes e camadas subalternas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DÉBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1977.
SALES, Mione Apolinário. *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo, Cortez, 2007, 360 pp.
WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

Recebido em 30 de maio de 2008.

Aprovado para publicação em 17 de junho de 2008.